



Vamos buscar  
**juntos** um  
Brasil melhor?

## Nove governadores deixam rombo de R\$ 71 bilhões para sucessores

Não deixar dinheiro em caixa suficiente para bancar despesas é prática vedada pela Lei de Responsabilidade Fiscal e crime no Código Penal; GO, MT, MG, RJ, RS, SE, PE, TO e DF têm folhas de pagamento em atraso e negociam ajuda

Idiana Tomazelli e Adriana Fernandes, O Estado de S.Paulo  
26 Fevereiro 2019 | 04h00

BRASÍLIA - Nove governadores encerraram seus mandatos em 2018 com um **rombo de R\$ 71 bilhões** para os sucessores, segundo dados declarados pelos próprios Estados ao [\\_source=portal\\_estadao\\_abalateral&utm\\_mediu...](https://www.estadao.com.br/brasil/nove-governadores-deixam-rombo-de-r-71-bilhoes-para-os-sucessores-2019-02-26/)

## Nove governadores deixam rombo de R\$ 71 bilhões para sucessores

Não deixar dinheiro em caixa suficiente para pagar dívidas no Código Penal; GO, MT, MG, MS, PA, RJ, RN, SE, TO

Idiana Tomazelli e Adriana Fernandes  
26 Fevereiro 2019 | 04h00

BRASÍLIA - Nove governadores e prefeitos deixam um rombo de **R\$ 71 bilhões** para os sucessores, segundo levantamento do Ministério da Economia. O levantamento foi publicado no portal do Estadão Abalateral.

≡ EXAME

Nextel Bolsonaro Holanda Nova Zelândia Rev

ECONOMIA

### Estados fazem pressão por socorro federal

A sede do Ministério da Economia recebeu ontem uma romaria de governadores pedindo ajuda da União para equilibrar suas contas

Por Idiana Tomazelli e Adriana Fernandes, do Estadão Conteúdo  
© 17 jan 2019, 07h28

## Nove governadores pedem R\$ 71 bilhões para não deixar dinheiro em circulação no Código Penal; GO, MT

Não deixar dinheiro em circulação no Código Penal; GO, MT

Por Idiana Tomazelli e Adriana Fernandes  
26 Fevereiro 2019 | 04h00

BRASÍLIA - Nove governadores e ministros pedem **R\$ 71 bilhões** para os sucessores, em uma reunião realizada na tarde de ontem no Ministério da Economia. A reunião foi convocada pelo ministro Paulo Guedes para discutir a situação financeira dos estados e municípios. Os governadores pedem ajuda da União para equilibrar suas contas e evitar que o dinheiro vá parar no Código Penal. A reunião contou com a presença de governadores de Goiás, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Minas Gerais e Bahia. Os governadores pedem que o governo federal libere recursos para ajudar os estados e municípios a equilibrar suas contas. Eles também pedem que o governo federal libere recursos para ajudar os estados e municípios a pagar suas dívidas. A reunião foi convocada pelo ministro Paulo Guedes para discutir a situação financeira dos estados e municípios. Os governadores pedem ajuda da União para equilibrar suas contas e evitar que o dinheiro vá parar no Código Penal. A reunião contou com a presença de governadores de Goiás, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Minas Gerais e Bahia. Os governadores pedem que o governo federal libere recursos para ajudar os estados e municípios a equilibrar suas contas. Eles também pedem que o governo federal libere recursos para ajudar os estados e municípios a pagar suas dívidas.

## Seis Estados brasileiros declararam situação de calamidade financeira

Rio de Janeiro, Roraima, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Minas Gerais e Mato Grosso declararam estado de calamidade pública financeira

ECONOMIA

## Estados fazem pressão por socorro federal

A sede do Ministério da Economia recebeu ontem uma romaria de governadores pedindo ajuda da União para equilibrar suas contas

Por Idiana Tomazelli e Adriana Fernandes, do Estadão Conteúdo  
© 17 jan 2019, 07h28

# DESAFIOS



21/01/2019 às 05h00 10

## Seis Estados à beira do colapso somam rombo superior a R\$ 74 bi

Por Marta Watanabe e Rodrigo Carro | De São Paulo e do Rio



Os Estados de Minas Gerais, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Goiás e Mato Grosso iniciam 2019 com um rombo conjunto de R\$ 74,1 bilhões. O valor soma os déficits projetados para 2019 às despesas herdadas de gestões anteriores.

Dos seis Estados, todos, com exceção de



Por Idiana Tomazelli e Adriana Fernandes, do Estadão Conteúdo  
© 17 jan 2019, 07h28

CARNAVAL 2019

MEU ESTILO

BLOGS

RECORD T

## brasileiros declararam calamidade financeira

Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Minas Gerais  
estado de calamidade pública financeira

## pressão por socorro

ria recebeu ontem uma romaria de governadores

pedindo ajuda da União para equilibrar suas contas



# DESAFIOS

**Valor** ECONÔMICO  
Princípios Editoriais

Home | Brasil | Política | Finanças | Empresas | Agronegócios | Internacional | Opinião

Macroeconomia | Setor Externo | Infraestrutura

21/01/2019 às 05h00 10

## Seis Estados à beira do colapso somam rombo superior a R\$ 74 bi

Por Marta Watanabe e Rodrigo Carro | De São Paulo e do Rio



Os Estados de Minas Gerais, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Goiás e Mato Grosso iniciam 2019 com um rombo conjunto de R\$ 74,1 bilhões. O valor soma os déficits projetados para 2019 às despesas herdadas de gestões anteriores.

Dos seis Estados, todos, com exceção de



Por **Idiana Tomazelli** e **Adriana Fernandes**, do Estadão Conteúdo  
© 17 jan 2019, 07h28

CARNAVAL 2019 | MEU ESTILO | BLOGS | RECORD T

## brasileiros declararam calamidade financeira

Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Minas Gerais  
estado de calamidade pública financeira

## pressão por socorro

ria recebeu ontem uma romaria de governadores

pedindo ajuda da União para equilibrar suas contas

elândia Rev

# CRIAÇÃO DO PROGRAMA JUNTOS EM 2013

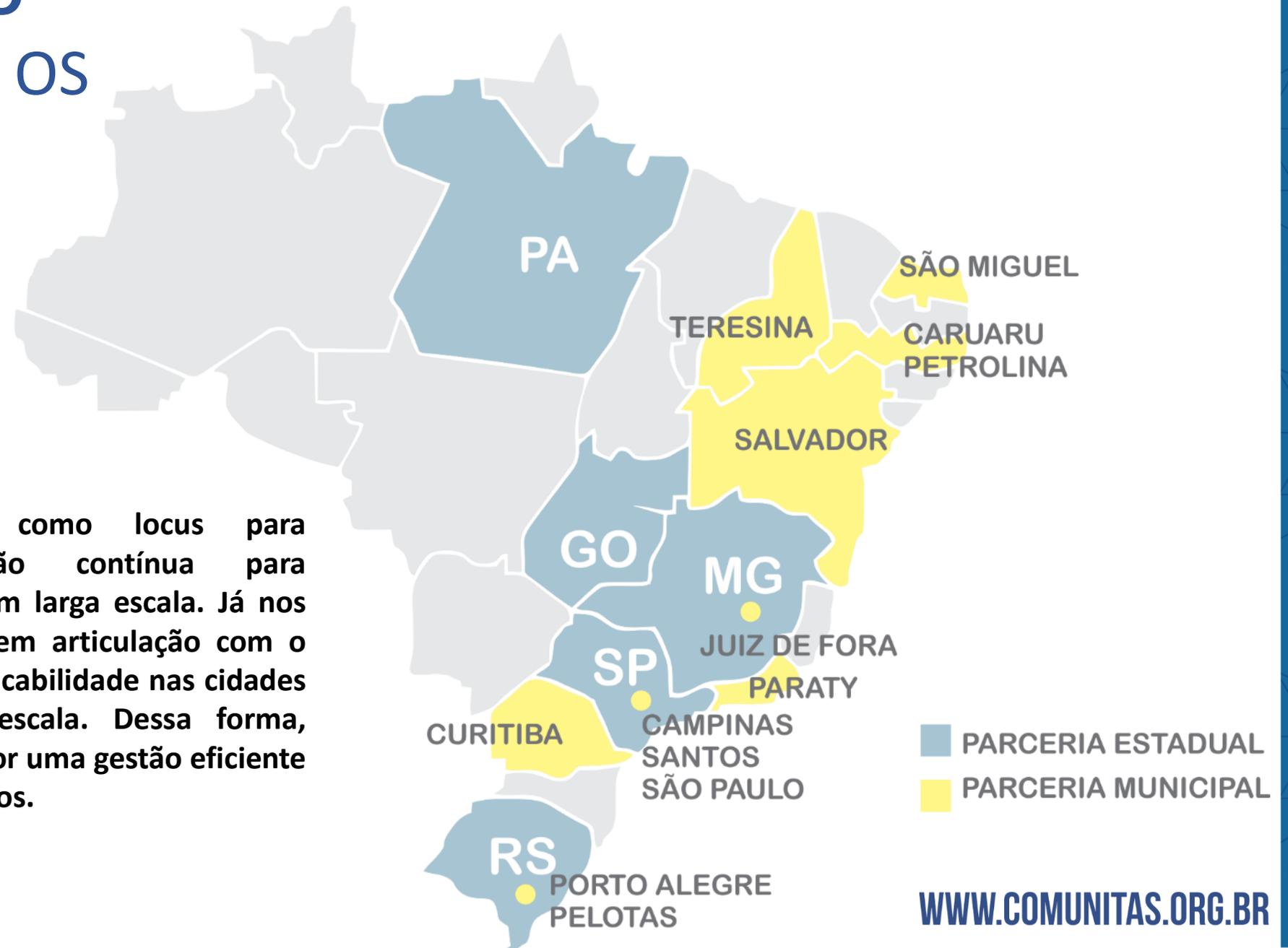
**O que todos os cidadãos brasileiros têm em comum? O sonho de um país social e economicamente desenvolvido. Mas como tornar esse anseio uma realidade?**

Dessa aspiração surgiu o Programa Juntos, com a proposta de uma governança compartilhada que visa unir a sociedade civil em busca de um único propósito: uma gestão pública mais eficiente.

O Juntos é composto por lideranças públicas e privadas, e estimula a participação da sociedade civil na construção colaborativa de soluções para melhoria dos serviços públicos ofertados aos cidadãos.

# AMPLIAÇÃO DO IMPACTO PARA OS ESTADOS

As cidades permanecem como locus para experimentação e reflexão contínua para aprimoramento de políticas em larga escala. Já nos Estados as ações terão foco em articulação com o Governo Federal, além de replicabilidade nas cidades buscando mais impacto e escala. Dessa forma, completa-se o ciclo na busca por uma gestão eficiente e serviços melhores aos cidadãos.



# ONDE QUEREMOS CHEGAR

## GOVERNO 1.0

Loteamento das secretarias por partidos

Alto investimento em comunicação e *marketing*

Governabilidade baseada em concessões políticas

Desequilíbrio fiscal

Alto endividamento

## GOVERNO 2.0

Eficiência da gestão

Reestruturação das secretarias

Gestão e equilíbrio fiscal

Planejamento de carreiras

Administração por metas

## GOVERNO 3.0

Foco em qualidade de serviço público

Pesquisa institucional de satisfação do cidadão

Proximidade com a população e sociedade civil

Fortalecimento dos conselhos municipais

Gestão baseada em serviços

## GOVERNO 4.0

Serviços públicos inovadores cocriados e centrados no cidadão

*Open Innovation*

Democracia direta

*Green Houses* de inovação

Transparência e Governo aberto

Gestão baseada em rede

Todas as ações do Programa Juntos são desenvolvidas com o objetivo de contribuir para que os gestores municipais sejam peças-chave na construção de uma administração pública transparente e aberta ao diálogo com a sociedade, capaz de responder às demandas por políticas sociais com eficiência, qualidade e responsabilidade fiscal.

# CONTRAPARTIDA DOS GOVERNOS

GOVERNANÇA COMPARTILHADA

TRANSPARÊNCIA

**SUSTENTABILIDADE**

**INSTITUCIONALIZAÇÃO**

REPLICABILIDADE

DISSEMINAÇÃO DOS  
RESULTADOS NAS CIDADES

# ATUAÇÃO DA COMUNITAS NOS ESTADOS



**COALIZÃO PELO  
AJUSTE FISCAL**



**REFORMA  
DO ESTADO**



**DESENVOLVIMENTO  
CAPACIDADE INSTITUCIONAL**



**DESENVOLVIMENTO  
ECONÔMICO**



**AÇÕES DE  
INOVAÇÃO**



**REPLICABILIDADE  
PARA CIDADES**



# ONDE JÁ CHEGAMOS: COALIZÃO PELO AJUSTE

EXAME

Nextel Bolsonaro Holanda No

BRASIL

## Secretário da Previdência recebe proposta de governadores para reforma

31/01/2019 às 05h00

## Julgamento do STF sobre a LRF deve facilitar ajuste dos Estados

Por Marta Watanabe | De São Paulo



## Governadores debatem reforma da Previdência com ministro da Economia

### Com apoio da Comunitas, governadores definem prioridades para avanço da reforma da previdência

A Comunitas reuniu os governadores de SP, RS, do PA, GO, e MG, junto com o Governo Federal, para discutir perspectivas de ajuste fiscal e estratégias para avanço da reforma da previdência.

“Gastamos com a previdência mais de 14% do PIB brasileiro”. Esse foi um dos dados impactantes divulgados durante o **Encontro Rede Juntos Estados**, realizado hoje (30) pela Comunitas. A reunião serviu para consolidar e fortalecer um bloco formado por diversos governadores brasileiros em prol do ajuste fiscal, com ênfase na construção de uma proposta para a reforma da previdência – pauta considerada urgente pelos governos.



ONEWS

Vídeos | Programação | Interatividade | Aplicativos | Grupo Globo

10

Governadores pedem aplicação automática da reforma da Previdência

MAIS INFORMAÇÕES | [Twitter](#)

# ONDE JÁ CHEGAMOS: REFORMA EM MG

## DIÁRIO DO COMÉRCIO

Minas é o nosso negócio

DC ▾ ECONOMIA ▾ GESTÃO ▾ NEGÓCIOS ▾ POLÍTICA ▾ OPINIÃO ▾ INOVAÇÃO ▾



Início > Economia > Zema prevê economia de R\$1bi com a reforma administrativa

ECONOMIA

### ZEMA PREVÊ ECONOMIA DE R\$1BI COM A REFORMA ADMINISTRATIVA

Por **Mara Bianchetti** - 6 de fevereiro de 2019 173 0

Curtir 9

# DÚVIDAS SOBRE CAUC

SOU A IARA, UM BOT  
DA COMUNITAS



CRIADA PARA SER UMA  
ESPECIALISTA EM CAUC

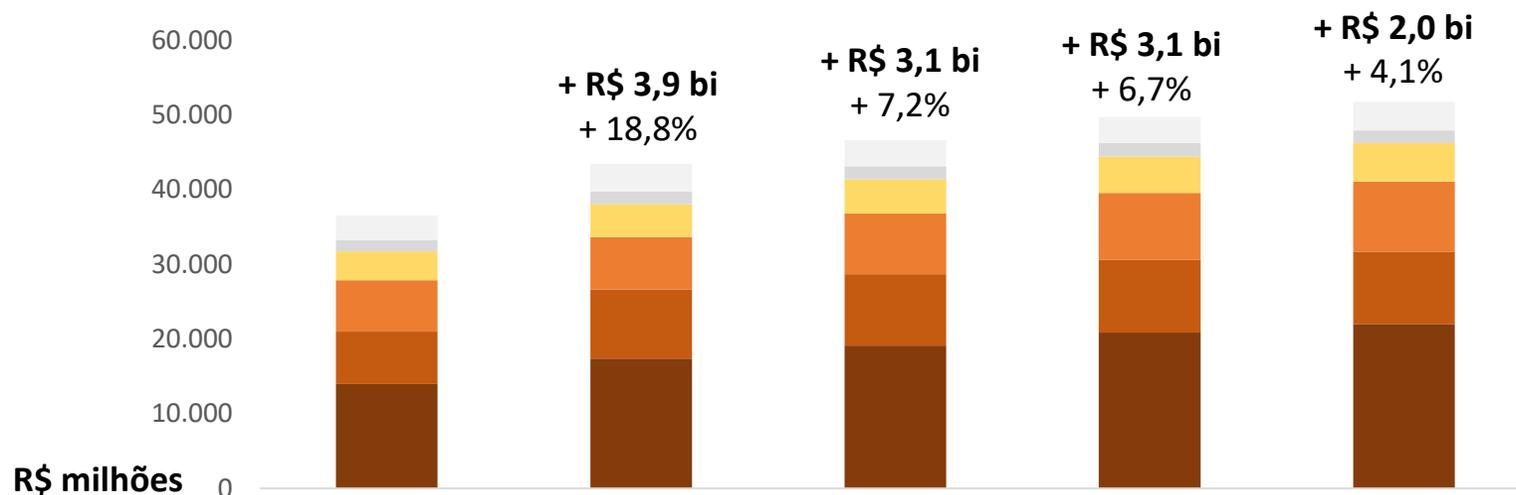


[WWW.REDEJUNTOS.ORG.BR](http://WWW.REDEJUNTOS.ORG.BR)

# MINAS GERAIS

## Evolução das despesas com pessoal por função

As despesas com previdência foram as que mais cresceram ao longo dos últimos 4 anos, comprimindo o orçamento e reduzindo o espaço de outras despesas essenciais.



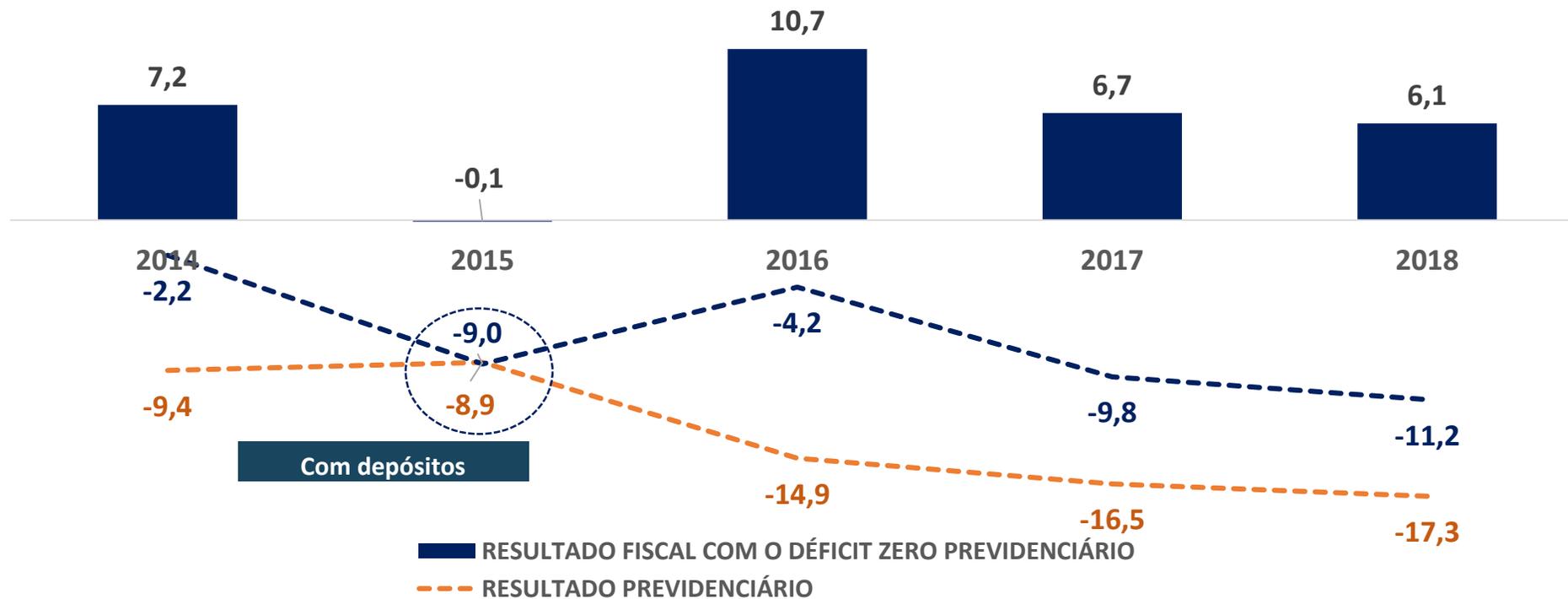
	2014	2015	2016	2017	2018	Var. 2014-2018 (p.p.)
Previdencia	38,2%	40,0%	41,0%	41,9%	42,5%	4,3%
Segurança Pública	19,2%	21,3%	20,5%	19,6%	18,7%	-0,5%
Educação	18,8%	16,2%	17,4%	18,1%	18,2%	-0,6%
Judiciária e Essencial à Justiça	10,6%	10,2%	9,8%	9,8%	9,9%	-0,6%
Saúde	4,1%	3,8%	3,7%	3,5%	3,3%	-0,8%
Outros	9,1%	8,5%	7,5%	7,1%	7,4%	-1,7%

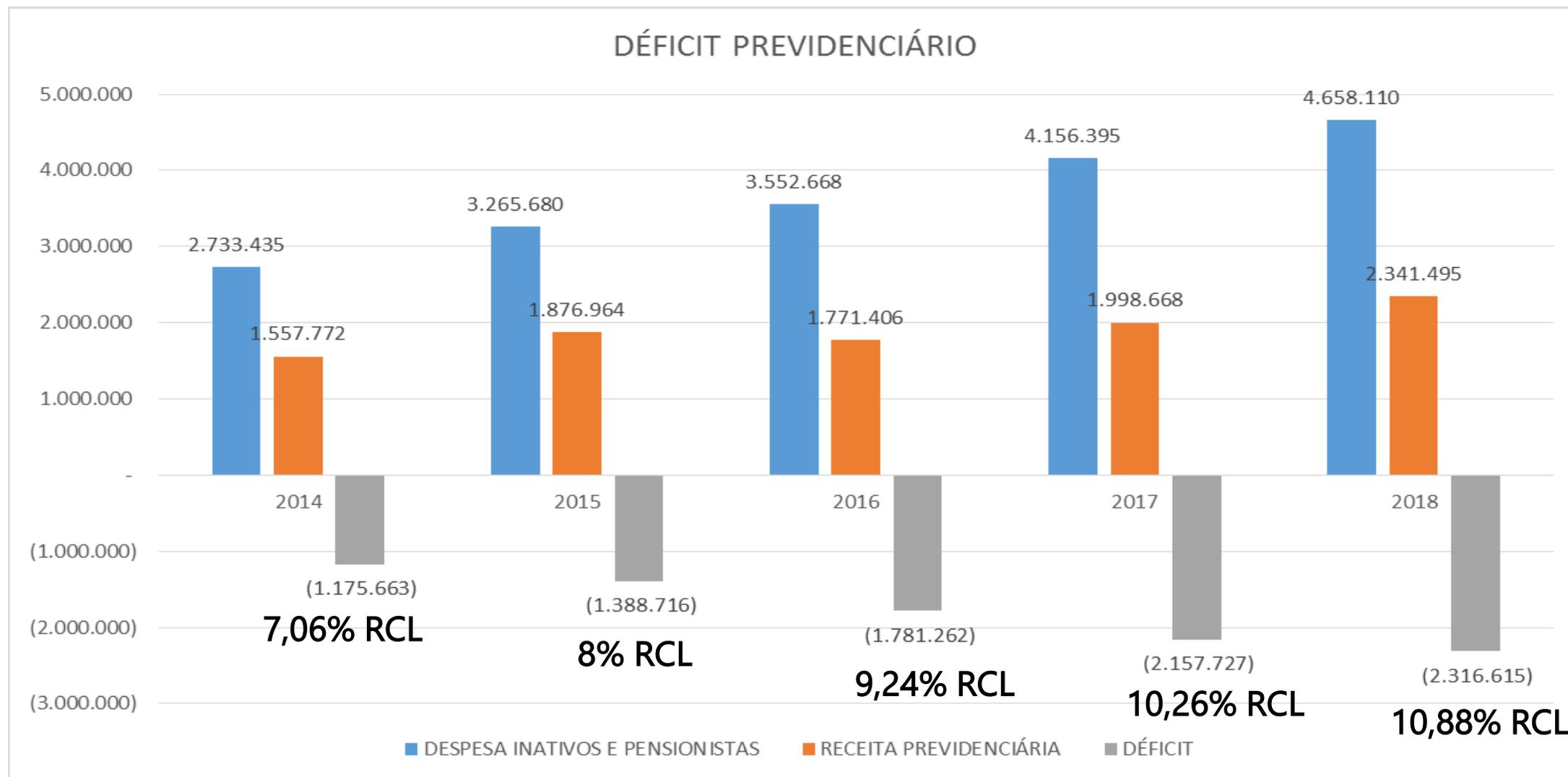
# MINAS GERAIS

## Resultado fiscal x Resultado previdenciário

O déficit da previdência é um dos principais responsáveis pela atual situação de insustentabilidade fiscal por qual passa o Estado de Minas Gerais. Sem o déficit previdenciário o Estado seria superavitário em R\$ 6,1 bi.

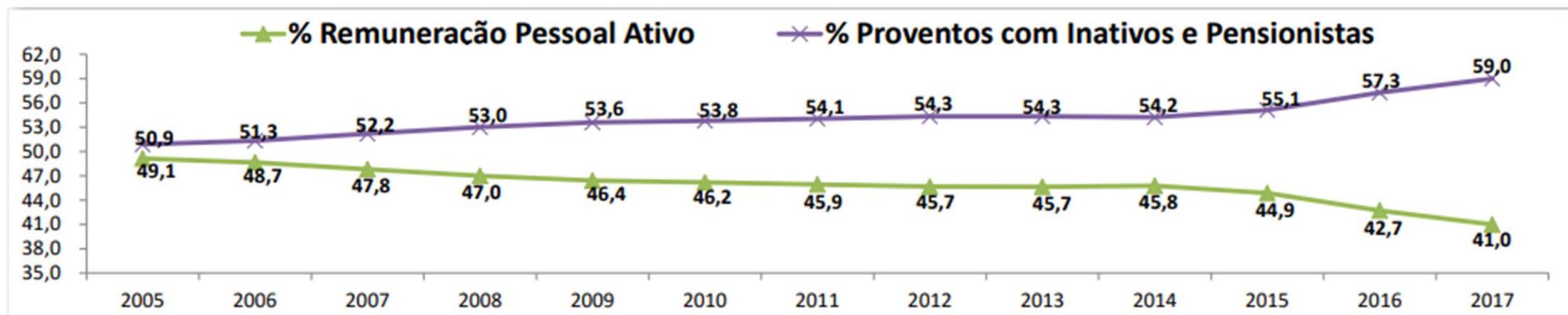
Evolução Resultado Fiscal vs. Resultado Previdenciário





# RIO GRANDE DO SUL

## Folha de pagamento



Fonte de dados brutos: Secretaria da Fazenda do RS.

# Força de Trabalho Em números

-  Homens: **49.108**
-  Mulheres: **83.753**
-  % de Nível Superior: **67%**
-  Média de Idade:
  - Até 35 anos: **23%**
  - 36 a 45 anos: **29%**
  - 46 anos ou mais: **49%**

*Vínculos ativos*  
**132.861 mil**

**163.728 mil**  
*Vínculos Inativos*

**44.958 mil**

*Pensionistas*

# NOVA PREVIDÊNCIA

- O processo de envelhecimento populacional do Brasil está ocorrendo de forma extremamente acelerada. A incidência de idosos na população passará de 10% para 30% em apenas 48 anos, o que nos coloca como a 9ª transição mais rápida, dentre os 100 países mais populosos do globo.
- Além do Regime Geral de Previdência Social (RGPS) – que atende os trabalhadores da esfera privada - todos os Estados, o Distrito Federal e 2.101 municípios, incluindo todas as capitais dos Estados, têm regimes próprios de previdência social para seus servidores.

# SITUAÇÃO DOS ESTADOS E MUNICÍPIOS

- Os RPPS's mais antigos, especialmente dos Estados e capitais, têm um enorme passivo referente ao período em que não havia nenhuma capitalização.
- O déficit atuarial dos Estados, de acordo com a última avaliação atuarial, de dezembro de 2016, está em R\$ 5,17 trilhões , isso corresponde, em média, a 9,6 vezes a Receita Corrente Líquida (RCL) de todos juntos.
- Nas capitais está em R\$ 447 bilhões, que equivalem a 3,4 a RCL. Trata-se de uma dívida contraída com os servidores, que é, sem dúvida, o maior desafio fiscal destas instituições durante as próximas duas décadas

# NOVA PREVIDÊNCIA

- O atual governo elaborou nova proposta e encaminhou ao Congresso Nacional e o processo de tramitação está em fase inicial.
- Se aprovada em sua estrutura básica, governadores e prefeitos terão um conjunto de instrumentos que lhes permitirá implementar medidas poderosas de ajuste dos Regimes Próprios, fazendo com que a pressão fiscal desses regimes tenda a diminuir ao longo do tempo.
- Pontos importantes para os entes subnacionais:
  1. Todas as regras automáticas
  2. Tempo de transição dos professores
  3. Tempo de transição dos militares
  4. Distinção das carreiras dos militares federais e estaduais (PL)
  5. Estabelecer que pode ser criada alíquota suplementar, no limite de 8% com progressividade.
  6. Convergência de gênero

# REGRAS AUTOMÁTICAS

- Todas as regras automáticas, mas com pontos de partida diferentes.
- O governo incluiu na reforma servidores estaduais e municipais, inclusive professores e policiais civis, mas governos terão seis meses para instituir regras próprias. Caso contrário, valem as regras federais.
- A reforma obriga os estados a criarem fundos de previdência complementar para novos servidores, a exemplo do que fez a União. Com isso, os funcionários terão o benefício limitado ao teto do INSS, podendo receber um complemento se quiserem aderir ao fundo.

# TRANSIÇÃO NO SETOR PÚBLICO

- Os trabalhadores do setor público terão regras de transição, no mesmo sistema de pontos usado para o setor privado.
- A idade mínima para se beneficiar das regras são 56 anos para mulheres e 61 anos para os homens. Em 2022, essa idade sobe para 57 anos (mulheres) e 62 anos (homens).
- O tempo mínimo de contribuição exigido será de 35 anos para os homens e 30 anos para as mulheres, como no regime do setor privado. Mas, eles precisam estar há 20 anos no setor público e cinco anos no cargo.
- A remuneração tem diferenças também. Os servidores que ingressaram até 2003 têm direito a receber o último salário da carreira, o que é chamado de integralidade, e a ter o benefício reajustado toda vez que houver aumento para os funcionários na ativa, a chamada paridade.
- Mas esse benefício só será assegurado aos servidores que atingirem idade mínima de 65 anos para homem e 62 para mulher.

# ALÍQUOTAS DE CONTRIBUIÇÃO

- A reforma da Previdência vai mexer nas alíquotas de contribuição dos trabalhadores e vai cobrar uma contribuição maior de quem tem os maiores salários. As alíquotas chegarão a 22% no caso dos servidores e 14% no caso do INSS.
- Mas, diferentemente do que ocorre pelas regras atuais, em que as alíquotas são nominais, ou seja, incidem sobre todo o salário, as novas alíquotas serão progressivas, incidindo por faixa do salário, num modelo igual ao do Imposto de Renda.
- Não haverá regra de transição para as novas alíquotas. Elas começam a valer 90 dias após a aprovação a reforma, se esse forma de cobrança for mantida no Congresso.

# TRANSIÇÃO PARA OS PROFESSORES

- A reforma também atinge os professores. A idade mínima será de 60 anos para ambos os sexos e 30 anos de contribuição também para ambos os sexos, quando terminar o período de transição. Será mantida a aposentadoria especial, com cinco anos a menos em relação ao restante dos trabalhadores.
- Para os professores do setor público, será preciso também ter dez anos no funcionalismo e cinco anos no cargo para ter direito à aposentadoria. Na iniciativa privada, comprovar que trabalhou no período no ensino infantil, fundamental ou médio.

# TRANSIÇÃO PARA OS POLICIAIS

- Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal, Polícia Civil e agentes penitenciários terão que cumprir idade mínima de 55 anos para se aposentarem. Hoje, só precisam comprovar tempo de contribuição.
- Precisarão também ter 25 anos de contribuição se for mulher e 30, se for homem. E também precisam comprovar 15 anos na função de policial se for mulher e 20 anos, para os homens. Esse tempo vai subir um ano a cada dois anos. Por exemplo, em 2021, será exigido 16 anos (mulher) e 21 anos (homem). Em Esse tempo na função aumentará para 20 anos se for mulher e 25 anos, se for homem. Até alcançar 20 anos para mulher e 25 anos para os homens.
- Para os agentes penitenciários é necessário, além dos 55 anos, ter 20 anos de exercício na função, seja homem ou mulher
- Quem entrou no serviço público até fevereiro de 2013 manterá o último salário da carreira.

# PROVENTOS DOS SERVIDORES

- Hoje, servidores que ingressaram até 2003 tem direito à paridade (mesmo reajuste dos ativos) e integralidade (último salário da carreira).
- Pelo texto final, esses benefícios só serão assegurados se os servidores atingirem idade mínima de 65 anos (homem) e 62 anos (mulher) – quando as mudanças forem aprovadas no Congresso.
- O governo enviou à parte uma Medida Provisória que eleva de 11% para 14% a alíquota de contribuição dos funcionários públicos federais — que funciona como piso para os regimes próprios estaduais.



**A COMUNITAS**

[WWW.COMUNITAS.ORG.BR](http://WWW.COMUNITAS.ORG.BR)



**Comunitas**

